PROPOSTAS DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO PARA O PROGRAMA DE GOVERNO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSB
SOCIALISMO E LIBERDADE

Fundação João Mangabeira

FUNDAÇÃO JOÃO MANGABEIRA

BRASIL DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

BRASÍLIA-DF, 2010

Fundação João Mangabeira

SHIS QI 05 • Conj. 02 • Casa 02 • CEP 71615-020 • Brasília-DF
Telefax: (61) 3365-5277 / 3365-5279 / 3365-4099
e-mail: fjm@fjmangabeira.org.br • site: www.fjmangabeira.org.br

DIRETORIA EXECUTIVA
Presidente: Carlos Siqueira
Diretor-Financeiro: Renato Xavier Thiebaut
Diretor de Assessoria: Marcos Rezende Villaça Nunes
Diretor de Cursos: José Carlos Sabóia
Diretora-Administrativa: Carmen Soriano Puig

CONSELHOR CURADOR
Membros natos
Eduardo Henrique Accioly Campos
Carlos Siqueira

Membros eleitos pelo Diretório Nacional do PSB
Luiza Erundina de Sousa
Roberto Amaral
Serafim Fernandes Corrêa
Kátia Born Ribeiro
Mari Elisabeth Trindade Machado
Antônio César Russi Callegari

Membros eleitos pelo Conselho Curador
Jaime Wallwitz Cardoso
Dalvino Trocolli Franca
James Lewis Gorman Jr.
Alexandre Aguiar Cardoso
Ministro Sérgio Machado Resende
Adilson Gomes da Silva
Álvaro Cabral
Carlos Eugênio Sarmento Coelho da Paz
Silvânio Medeiros

Suplentes
Paulo Blanco Barroso
Elaine Breintebach
Paulo Braccarense
Joe Carlo Vianna Valle
Manoel Antônio Vieira Alexandre

CONSELHO FISCAL
Cacilda de Oliveira Chequer
Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
Antônio Marlos Ferreira Duarte

Suplentes
Marcos José Mota Cerqueira
Dalton Rosa Freitas

PSB Socialismo e Liberdade

SCLN 304 - Bloco A - Entrada 63 - Sobreloja
Telefax: (61) 3327-6405 - 3328-1598
3326-0722 - 3327-5196
E-mail: psb@psbnacional.org.br
Site: www.psbnacional.org.br

COMISSÃO EXECUTIVA NACIONAL 2008-2011
(Executiva eleita no XI Congresso, realizado em Brasília-DF 6 e 7 de Junho de 2008)

Eduardo Henrique Accioly Campos
Presidente

Jamil Haddad
Primeiro Vice-Presidente

Roberto Amaral
Presidente de Honra

Beto Albuquerque
Segundo Vice-Presidente

João Alberto Rodrigues Capiberibe
Terceiro Vice-Presidente

Alexandre Aguiar Cardoso
Vice-Presidente de Organização e Mobilização

Ciro Ferreira Gomes
Vice-Presidente de Relações Institucionais

Wilma Maria de Faria
Vice-Presidente de Relações Federativas

José Renato Casagrande
Secretário Geral

Carlos Siqueira
Primeiro Secretário Nacional

Antônio Carlos Valadares
Segundo Secretário Nacional

Márcio Luiz França Gomes
Secretário Nacional de Finanças

Severino Nunes de Araújo
Segundo Secretário Nacional de Finanças

Luiza Erundina de Sousa
Secretária Especial

Milton Coelho da Silva Neto
Secretário Especial

Mari Elizabeth Trindade Machado
Secretária Especial

Jaime Wallwitz Cardoso
Secretário Especial

Sérgio Maurício Brito Gaudenzi
Secretário Especial

Rodrigo Sobral Rollemberg
Secretário Especial

Aluísio Sérgio Novaes Eleutério
Secretário Especial

José Antonio Figueiredo de Almeida Silva
Secretário Especial

Ademir Galvão Andrade
Secretário Especial

Isaías Silvestre
Secretário Especial

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
Secretária Nacional de Mulheres

Alex Sandro Silva Nazaré
Secretário Nacional de Juventude

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento
Secretário Nacional Sindical

Maria Cristina do Rosário Almeida
Coordenadora do Movimento Negro

Maria de Jesus Matos
Coordenadora dos Movimentos Populares

Rodrigo Sobral Rollemberg
Líder na Câmara dos Deputados

Antônio Carlos Valadares
Líder no Senado Federal

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 5

PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS ... 7

DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

- NOTA EXPLICATIVA 15
- INTRODUÇÃO 16
- PANORAMA MUNDIAL 17
- OS BINÔMIOS 18

ELEMENTOS DO PLANO NACIONAL

- NO PLANO POLÍTICO 20
- NO PLANO ECONÔMICO 22
- NO PLANO SOCIAL 23

POR UM PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

- EDUCAÇÃO E CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO 24
- ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA 30
- INDUSTRIALIZAÇÃO 31
- A QUESTÃO URBANA 36
- PLANO NACIONAL DE REDUÇÃO DE MORTES E LESÕES NO TRÂNSITO 40
- DESENVOLVIMENTO E LOGÍSTICA 42
- DESENVOLVIMENTO REGIONAL 44
- CONCLUSÃO 46

GRUPO DE TRABALHO - GT

Ariosto Holanda
Alexandre Cardoso
Antonio Alexandre da Silva Junior
Augusto Wagner
Beto Albuquerque
Carlos Siqueira
Cesar Callegari
Nilton da Mota Silveira Filho
Paulo Skaf
Pedro Brito
Roberto Amaral
Rômulo Figueira Neves
Tânia Bacelar
Teotônio dos Santos

APRESENTAÇÃO

O Partido Socialista Brasileiro tem enorme satisfação de apresentar à futura presidente da República, Dilma Rousseff, as contribuições para elaboração do Programa de Governo da coligação que a apoiará na campanha eleitoral, bem como a sustentará no Parlamento ao longo da execução do mandato.

A organização do documento **Desenvolvimento e Inclusão Social** coube à Fundação João Mangabeira, que contou com a colaboração de especialistas do Partido na empreitada de produzir os insumos que orientaram a realização de uma oficina especialmente organizada para aprofundar os debates e consolidar sua estrutura. Este se assenta no binômio Inclusão e Desenvolvimento, sob a compreensão da impossibilidade de viabilizar a inclusão (social e econômica, e, portanto, cidadã) sem o crescimento econômico, e associado ao aprofundamento da atual política externa comprometida com a soberania nacional e o desenvolvimento, e a aplicação dos investimentos públicos maciços e permanentes em ciência, tecnologia e inovação.

O texto não é um Programa de Governo, seu objetivo é oferecer à campanha da companheira Dilma Rousseff reflexões e propostas sobre pontos que são essenciais aos socialistas brasileiros. Também não se destina a um Programa de Governo socialista, o que está fora das cogitações de nossa candidata e da larga coalizão de partidos que lhe dá apoio nas eleições e lhe assegurará sustentação parlamentar no governo.

O documento está estruturado apresentando o panorama mundial e os binômios que orientam as propostas. Traz elementos para o plano nacional, destacando o político, o econômico e o social. Em seguida aponta diretrizes para o projeto nacional de desenvolvimento com ênfase nas políticas de educação, ciência, tecnologia e inovação; na estratégia nacional de defesa; na industrialização; nas propostas para a questão urbana; para o plano nacional de redução de mortes e lesões no trânsito, e, ainda, para desenvolvimento e logística, e o desenvolvimento regional.

O PSB e a FJM agradecem aos companheiros Ariosto Holanda, Tânia Bacelar, Roberto Amaral, Teotônio dos Santos, Carlos Siqueira, Cesar Callegari, Beto Albuquerque, Alexandre Cardoso, Augusto Wagner, Pedro Brito, Rômulo Figueira Neves, Antonio Alexandre da Silva Junior, Nilton da Mota Silveira Filho, Paulo Skaf pelas valiosas contribuições.

Igualmente agradecem o empenho na coordenação da difícil tarefa de relatoria deste documento desempenhada pelo ex-ministro de Ciência e Tecnologia do governo Lula, e vice-presidente do PSB o companheiro Roberto Amaral.

Brasília, 19 de julho de 2010.

Eduardo Campos

Presidente Nacional do PSB

PRONUNCIAMENTO DO GOVERNADOR EDUARDO CAMPOS

Discurso do Governador Eduardo Campos, Presidente Nacional do PSB, por ocasião da entrega das Propostas do Partido a candidata a Presidência da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de encerramento do Seminário – Brasil Desenvolvimento e Inclusão Social.

"Quero que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento a todos que se envolveram no debate para produção desse documento, a toda a nossa militância, a todos os técnicos, a todos os militantes que, de uma forma ou de outra, nos estados e aqui, participaram do debate para construção desse documento.

Quero que fique, absolutamente claro, minha cara Dilma Rousseff, que nós não estamos lhe passando às mãos um programa. Nós estamos lhe passando às mãos um documento, uma reflexão do nosso Partido. Do acúmulo do debate que a nossa militância vinha fazendo ao longo dos últimos meses e onde nós elegemos, nesse documento, as questões que nos são mais caras, mais importantes, que guardam os valores e as bandeiras históricas de todos os socialistas que constroem, no dia-a-dia, o nosso PSB. A nossa contribuição é uma reflexão sobre os desafios do futuro do Brasil, do futuro do mundo. Nós entendemos, minha cara Dilma Rousseff, que a herança que vem do presidente Lula no dia 1º de janeiro é de um país bem diferente do que ele encontrou em janeiro de 2003. Soube muito bem, o presidente Lula, aproveitar os acúmulos que a democracia brasileira ofertou ao nosso país.

O presidente Lula soube corrigir rumos, apostar na retomada do desenvolvimento, acreditar no desenvolvimento com qualidade, acreditar em políticas públicas que compreendessem a diversidade que esse País tem, os desequilíbrios que se acumularam em 500 anos de história. E aí, essa herança de fundamentos macro-econômicos mais sólidos da retomada do crescimento, da inclusão de milhões de brasileiros. É uma

herança que custou a solidariedade de forças conseqüentes, não só do PSB, mas de outras forças políticas que ajudaram a dar sustentação política ao governo do presidente Lula.

Agora é seguir adiante, num panorama mundial que não é dos mais simples. Existem, ainda, as marcas da crise que assolou o capitalismo mundial em 2009. A economia norte-americana não respondeu como imaginávamos que iria responder. Enfrenta nesse momento, o Bloco da União Européia, crise que é importante na conjuntura daquele bloco econômico. Temos diante de nós questões severas no que diz respeito à energia no mundo, como também, no que diz respeito à questão ambiental. Mas temos a certeza que o Brasil conseguiu produzir um ambiente em que o mundo olha para o país com respeito e com atenção e percebe as transformações que ocorrem na terra brasileira.

O Brasil tem uma enorme oportunidade de seguir crescendo com qualidade, incluindo pessoas. E é exatamente esse o binômio que nós fizemos constar do nosso documento. É a busca do desenvolvimento com inclusão. A busca de seguir crescendo com qualidade e podendo efetivamente construir um país muito mais equilibrado e justo.

Compreendemos que nessa caminhada é fundamental que tenhamos a coragem de fazer a reforma política que não conseguimos fazer. Mas a reforma política na perspectiva de alargar a democracia, a reforma política na perspectiva de construir uma representação cada vez mais próxima da vontade do povo. Que possamos fazer uma lei eleitoral e uma reforma política não para a próxima eleição, mas para as próximas gerações, para um país da importância e do relevo que o Brasil ganha no mundo. Nós não pudemos assistir, em 22 anos de democracia que construímos as duras penas a cada eleição, uma lei eleitoral ou muito menos uma resolução feita por quem teve o voto do povo. Que possamos construir uma reforma política que valorize os partidos, que valorize a coerência, que valorize as pessoas que militam com dignidade na vida pública, mas que possamos também, ministra, dar conta, além de uma reforma política, de uma busca da reforma do Estado.

A democracia que nós ajudamos a construir no Brasil foi que possibilitou a liberdade de imprensa, a construção do Ministério Público, as carreiras nos órgãos de controle como TCE e TCU, que são tão importantes para fiscalizar a qualidade do gasto. Mas, de outro lado, é

preciso ter o mesmo interesse e atenção em construir o Estado que vai educar os filhos dos pobres no Semi-Árido, na Amazônia, no Pantanal, no Centro-Oeste, na periferia de São Paulo. Um Estado que possa criar uma política pública de saúde, que, efetivamente, não renegue à situação de exclusão do serviço de saúde, milhões de brasileiros, como assistimos hoje, nos Estados Unidos da América, onde o presidente Obama teve que passar um ano e meio para discutir uma reforma para incluir 30 milhões de americanos que estavam fora da assistência de saúde.

Devemos reconstruir o Estado brasileiro, o Estado do fazer, o Estado de pensar políticas públicas para os idosos, para os jovens em situação de risco, que compreenda as desigualdades que ainda marcam a vida da população indígena, dos negros, das mulheres, dos homossexuais, das minorias... O Estado que tem a marca da compreensão desse tempo, não o Estado feito pelas mãos da elite, como foi feito durante 500 anos, para servir alguns que se ocupam, dentro do Estado, a receber privilégios e que só enxergam aqueles que têm tudo, mas um Estado que faça essa máquina moer na direção dos que precisam de quase tudo. Essa construção da reforma do Estado brasileiro, que vai enfrentar preconceitos, que tem que enfrentar privilégios, que tem que devolver ao povo e a sociedade o aparelho de Estado no país onde os assalariados pagam muitos tributos e que nós precisamos ter essa compreensão.

Que possamos, ministra Dilma, também, valorizar, como o presidente valorizou, como a democracia valorizou, o papel do planejamento com a participação do povo, o planejamento com gestão, o planejamento com metas, controle, o planejamento que ajuda o gasto público a ter qualidade para que nós possamos ter mais recursos para aumentar o valor de investimentos que são fundamentais para a continuidade do crescimento econômico iniciado pela coragem do governo do presidente Lula. Pela ousadia, muitas vezes, de ir no contrafluxo de muitas opiniões, mas que nós temos a consciência de que a sua vida profissional e política, como gestora pública, fez acumular experiências que eu conheço, que eu sei que são muito importantes para o desempenho da Presidência da República, porque lhe vi construindo um programa bonito por dentro de uma máquina pública, por dentro do marco da reforma que o governo que antecedeu o Lula fez do setor elétrico e a senhora teve a coragem, o equilíbrio e a firmeza para fazer a reforma do setor elétrico, sem ferir contratos, leis, sem espantar os investidores,

mas devolvendo o equilíbrio necessário, o equilíbrio que era possível na visão do setor elétrico. E mais do que isso, teve a capacidade de gestora de construir um programa que enxergou os pobres na escuridão do Século XXI, pelas pontas de ruas desse país, pelos grotões, pelos pé-de-serra, que são uma realidade pouco conhecida de muitos que militam na política e opinam sobre a política aqui em Brasília, conhecida do presidente Lula e que a senhora teve a oportunidade de conhecer. O "Luz para Todos" foi a experiência de inversão de prioridades, de fazer essa máquina enxergar os pobres e os excluídos. E a senhora está no centro desse debate.

Falar de gestão para quem teve a capacidade de construir um programa como o programa habitacional "Minha Casa, Minha Vida", na compreensão do quanto é complexo fazer uma casa popular de 42 metros para uma família que mora numa palafita ou que mora de aluguel num quarto de dois vãos na periferia do Recife. Se quiser dar um crédito tributário a um setor importante da economia, o decreto já está pronto lá no Ministério da Fazenda. É rápido! Não tem licença ambiental, título de propriedade do terreno, não precisa de carimbos de tudo quanto é órgão de controle. E se faz a despesa pública da noite para o dia. Mas para fazer uma casa popular na periferia de uma grande cidade é uma novela, e a senhora passou a compreender que no meio entre a necessidade da casa e a decisão de fazê-la, tínhamos muitos que ganhavam. Os seguros eram exorbitantes e tinha muita gente ganhando nesse caminho. A senhora teve a coragem de reunir técnicos, de ouvir empresários, trabalhadores, movimento de sem teto e construir um programa que podemos dizer, é um avanço. E podemos avançar mais ainda. Tenho certeza que a senhora, como presidente, vai conseguir fazer avançar pois lhe vi, em 2006, coordenando o PAC. Muitas vezes apanhando muito, mas tantas vezes trabalhando muito para fazer a gestão da volta do Estado brasileiro a investir numa proporção que ele tinha deixado de investir já se iam mais de duas décadas. Portanto, quando falamos de refazer o Estado, construir o Estado do fazer, falando de planejamento e gestão, falamos para quem sabe não só falar disso, mas fazer isso acontecer na vida do Brasil.

Quero dizer também que o PSB imagina que é importante essa ampliação dos investimentos. Nossos governos, prefeitos e governadores, têm feito seu papel. Pode analisar as contas dos governadores de Estado,

como das prefeituras que o PSB toma conta. Nós temos feito um esforço enorme para termos disciplina nas contas, nas gestões e resultado na vida do povo, com investimentos se alargando. Mas a União vai precisar alargar ainda mais.

Nós vamos entregar o país em breve, um país com taxas de juros equivalentes ao mundo. Isso não se resolve com discursos nem com bravata, mas com trabalho, serenidade e com esforço coletivo da sociedade brasileira. Haverá o dia em que o Brasil terá, efetivamente, condições e remuneração de recursos em condições de competitividade internacional.

Temos a confiança de que seu governo, como o do presidente Lula, será um governo que saberá lidar e tratar com o movimento social. Ouvir o povo, respeitar a organização da sociedade. Não criminalizar os movimentos sociais. A nossa história, a nossa vida, a nossa caminhada, a democracia brasileira não aceita retrocesso, nem governos que, muitas vezes, usaram do movimento social para construir campanhas e vitórias ontem, e hoje, ao assumir os postos de comando, viram as costas àqueles que estão nas ruas, construindo com militância, com consciência, os espaços de poder do nosso povo. E nós temos confiança que a sua formação política, que a sua história de vida, que o seu compromisso é o de fazer um governo que dialogue, escute e que possa fazer o povo participar das decisões.

Temos preocupações e sugestões a fazer, importantes na área da educação, da ciência e tecnologia. Experiências que o nosso governo, o da Wilma, o do Cid, tem tido na educação integral, na profissionalização, na melhoria da escola a nível municipal, valorização da educação. Temos, também, nossa presidenta, uma preocupação de contribuir com estratégia nacional de defesa, com programas importantes que nós tivemos na participação do governo Lula na área de Ciência e Tecnologia. Pudemos fazer a releitura do programa espacial e nuclear, que são programas estratégicos para uma nação do tamanho da responsabilidade do nosso País e são programas da onde podem vir muitas conquistas fundamentais para a saúde pública, para a agricultura, muitas vezes desconhecido. Por que um programa espacial? Porque isso pode baratear enormemente o seguro-safra, pode melhorar a produtividade da agricultura familiar. Um programa nuclear que possa desenvolver técnicas de certificação para as nossas frutas, para nossa produção que

vai sendo colocada para o mercado externo, portanto tem aplicativos que são da maior importância.

Temos uma preocupação, ministra, que vem da nossa militância urbana, que é a questão das casas, a questão do saneamento. Tudo isso foi e é reconhecido pelo nosso Partido. Mas nós temos, ao tempo que vamos sediar uma Copa do Mundo e uma Olimpíada, um grande desafio que é o desafio da mobilidade das grandes cidades brasileiras, da qualidade de vida. Nós queremos um Brasil melhor para trabalhar, mas um Brasil melhor para se viver também. E muitas companheiras e companheiros que estão levando cinco, seis horas para ir e vir do trabalho. Por isso, precisamos enfrentar essa questão com grande capacidade.

Temos uma contribuição na questão da logística e da infraestrutura brasileira, neste documento que lhe entreguei, e também um debate. Um debate muito claro sobre a questão regional. A questão regional do Brasil não é uma questão da região. É uma questão nacional. Um país do relevo do Brasil não pode conviver com os desequilíbrios que ainda convive. Nós sabemos o quanto foram importantes para o Brasil as decisões tomadas pelo presidente Lula, que fazem o Nordeste brasileiro crescer hoje mais que a média do Brasil. E nós precisamos seguir adiante crescendo. Essa é uma realidade no Norte, no Centro-Oeste, onde há crescimento econômico. Mas tem que ter mais inclusão, mais cuidado com as pessoas e esse é um debate que nos interessa fazer.

Esta equipe estará à sua disposição. E quero lhe dizer que este partido, que lhe recebeu hoje como se recebe uma companheira, como se recebe alguém que aqui poderia estar filiada, este partido pelejou, e a senhora sabe disso, por uma candidatura de um homem honrado como a senhora é honrada, de um homem digno da vida brasileira como a senhora é digna, de um grande quadro da vida pública brasileira, que foi leal e correto com o governo do presidente Lula nos bons, mas sobretudo, nos difíceis momentos que atravessamos. E esse Partido teve a maturidade política de debater internamente, de debater com nosso companheiro Ciro Gomes e encontrar, num determinado momento, o eixo e a saída para o desafio eleitoral de 2010 e o eixo e a saída para que não se interrompessem as mudanças iniciadas pelo presidente Lula, mas que pelo contrário, elas pudessem avançar. Empenhamos todas as forças com esse projeto em torno da sua candidatura para construir não

só uma candidatura, para construir uma vitória que efetivamente não será a sua pessoalmente, mas será daquilo que nós todos aqui representamos: a possibilidade de construir um país muito mais equilibrado, muito mais justo, um país muito mais feliz.

Nós do PSB estamos na sua campanha porque a sua campanha é a campanha do PSB. A sua história é a história dos que fazem o PSB. Nós não aprendemos, na história do PSB e da nossa militância, a fazer as coisas pela metade. Nós só sabemos fazer as coisas integralmente e só sabemos fazer política com história e com paixão. Nesse momento, a militância do PSB e do Brasil inteiro vai fazer a sua campanha, certo de que está fazendo a campanha de uma história bonita que a senhora tem, de um compromisso que a senhora saberá honrar e terá a nossa solidariedade para honrar com povo brasileiro.

Que Deus abençoe a sua caminhada. A militância do PSB vai estar ao seu lado onde a senhora for. No Estado que for, nossos candidatos a governador, onde a senhora tem dois palanques, não vão lhe criar problemas e nem vão lhe querer privilégio. Nós queremos só o tratamento de equilíbrio e da justiça, que tenho certeza que a senhora terá. Não criaremos constrangimentos a sua caminhada. Pelo contrário, lhe daremos o melhor da nossa militância, o entusiasmo, a garra, a determinação, para que no dia 3 de outubro, o Brasil tenha eleito a primeira mulher Presidente da República.

Muito obrigado!"

DESENVOLVIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

▶ NOTA EXPLICATIVA

O texto que se segue não é um Programa de Governo. Seu objetivo é tão simplesmente oferecer à campanha da companheira Dilma Rousseff algumas reflexões e propostas sobre pontos que parecem essenciais aos socialistas brasileiros. Daí a limitação temática. Nosso documento, esclarecida essa limitação de propósitos, procura, à vista da história partidária, consolidar nossa experiência como integrantes do governo do presidente Lula desde 2003. Mas encerra, igualmente, a experiência recolhida das campanhas presidenciais das quais participamos, integrando sempre as equipes encarregadas da elaboração dos distintos Programas de Governo, desde a memorável campanha de 1989.

Também não é um texto que se destine a um programa de governo socialista, o que está fora das cogitações de nossa candidata e da larga coalizão de partidos que lhe dá apoio nas eleições e lhe assegurará sustentação parlamentar. O governo da presidente Dilma Rousseff será, porém, além de reformista, o mais avançado e progressista da República, considerando-se o legado do governo do presidente Lula, as circunstâncias históricas e a realidade objetiva. Será a um só tempo governo de continuidade e avanço.

É um texto que elege algumas das questões mais caras aos socialistas brasileiros, como o desenvolvimento nacional associado à inclusão social, o aumento do emprego e da distribuição da renda, o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida de nossas populações, instrumentos necessários para a construção futura de uma sociedade fundada na justiça social. Sua tese central é a necessidade de construção de um Projeto Nacional de base desenvolvimentista.

▶ INTRODUÇÃO

A administração da presidente Dilma Rousseff será herdeira e continuadora das conquistas políticas, sociais e econômicas do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e terá como pano de fundo o panorama internacional perigosamente conturbado por guerras e grave crise sistêmica do capitalismo. A recuperação econômica dos Estados Unidos se arrasta de forma lenta (o índice de confiança do consumidor caiu, o mercado imobiliário – sempre ele! – caminha para o desaquecimento e o conjunto da economia criou apenas 13 mil empregos entre maio e junho, muito aquém da expectativa de 50 mil empregos), enquanto a crise europeia, mal iniciada, se agrava, seja na sua intensidade, seja na sua extensão, e não há expectativa de melhoria no médio prazo, em face das decisões recentes do G20 (grupo dos países mais ricos do mundo e os emergentes) em Toronto, ao aderir à mais arcaica ortodoxia liberal e impor aos países o corte de seus déficit pela metade até 2030. No geral, mesmo aqueles países que ficaram fora da ciranda do endividamento excessivo adotam políticas fiscais recessivas. A Holanda projeta um déficit zero, a França persegue a marca de 3% em 2013. A Alemanha, que já havia anunciado cortes de 80 bilhões de euros no Orçamento em quatro anos, no maior plano de austeridade desde o fim da Segunda Guerra, pretende reduzir o déficit público de 5% para 3%. A herança desse Plano será a redução de 30 bilhões de euros em gastos sociais, a extinção de mil empregos públicos e a queda de importações principalmente dos países emergentes. E a Alemanha não está no centro da crise, tragédia reservada à Grécia, à Espanha, a Portugal, à Islândia e à Itália. Como consequência, já sofremos com a queda do euro e muito brevemente deveremos ser atingidos com a queda das importações, principalmente de manufaturados, dos países da Comunidade Europeia. Na Ásia, hoje o principal mercado brasileiro, segue a China como nossa maior importadora de comodites e exportadora de manufaturados, com seu yenem subvalorizado, dificilmente continuará crescendo no ritmo da última década – as importações dessa China, de comodites como ferro e soja representaram, na última década, 25% de todas as exportações brasileiras.

Foi levada a cabo com o melhor êxito a política brasileira de diversificação de mercado internacional e conquista de novos parceiros

comerciais. O bom atestado foi oferecido pela forma como nossa economia enfrentou e está enfrentando a crise. Esta política, todavia, não foi em si suficiente para impedir a queda de nossas exportações de produtos manufaturados.

São diversas e igualmente plausíveis as explicações (crise internacional, sobrevalorização do real, 'custo Brasil' etc.) mas o fato objetivo é que, na última década o peso das matérias-primas nas exportações brasileiras saltou de 22,8% em 2000 para o recorde de 43,4% no encerrado primeiro semestre deste ano, e, em contrapartida, eis o sinal vermelho, as exportações de bens industrializados caíram de 74,4% para 54,4%. Insistiremos em nosso projeto de industrialização e crescimento da oferta de produtos ou nos conformaremos como fornecedores de matérias-primas para os países industrializados, como èles pretendem, para sair da crise por eles mesmos engendrada?

De outra parte, no dia 1º de janeiro de 2011 o presidente Lula entregará à presidente Dilma um país que já está entre os primeiros produtores de alimentos do mundo, grande exportador de minérios e um dos maiores produtores mundiais de petróleo, detentor da mais larga malha de fontes energéticas do planeta, da maior reserva hídrica do mundo, de um parque industrial avançado e do domínio sobre as potencialidades (a começar pela biodiversidade) da Amazônia. Um país respeitado internacionalmente pela sua história e pelo seu exemplar papel como instrumento da paz e do diálogo entre as nações, um líder regional que se consagra no plano internacional, com todas as responsabilidades daí decorrentes. País candidato ao posto de 5ª potência mundial nos próximos dez anos, mas ainda país manietado por graves problemas, e o maior de todos é a desigualdade social.

▶ PANORAMA MUNDIAL

Se os analistas e futurologistas estiverem certos, a década que se iniciará com o governo da presidente Dilma Rousseff terá as seguintes características: aceleração das transformações tecnológicas; agravamento da crise ambiental; profunda crise energética; agravamento da pobreza e das desigualdades entre os países; aumento das migrações,

do racismo e da xenofobia; aprofundamento da globalização; tendência à multipolarização econômica; surgimento de novos atores internacionais; influência crescente do internacional sobre o nacional e das agências multilaterais sobre governos nacionais; permanência do hiato de poder entre os EUA e os demais países.

▶ OS BINÔMIOS

Nossas propostas, a seguir detalhadas, todas elas alimentadas por uma visão desenvolvimentista do país, são, esquematicamente, sumariadas em dois binômios.

O **primeiro**, é o binômio central inclusão-desenvolvimento, compreendendo que é impossível a inclusão (social e econômica, e, portanto, cidadã) sem o crescimento econômico e que este não se justifica por si, pois não se trata, simplesmente, de festejar o incremento do PIB, como fez a ditadura militar à época do 'milagre' econômico. Daí a pergunta metodológica 'Crescer para quê?', à qual respondemos 'Crescer para promover a inclusão cidadã', que subentende a distribuição de renda e compreende a inclusão social, cívica, educacional e tecnológica, o direito ao emprego, à saúde, à moradia, ao transporte, à cultura e ao lazer. Em síntese, com a melhoria da qualidade de vida das grandes massas, a redução das desigualdades, apenas redução, posto que não podemos, no regime capitalista, sonhar com sua erradicação. Não há, porém, a menor possibilidade de desenvolvimento sem uma inserção autônoma no plano internacional e no plano nacional o aumento exponencial de nossos investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação.

O **segundo binômio** caracterizado pela associação do aprofundamento da atual política externa comprometida com a soberania nacional e o desenvolvimento, e a aplicação de investimentos públicos maciços e permanentes em educação, em ciência, tecnologia e inovação. Cessada a polaridade Estados Unidos *x* União Soviética, e após relativamente curto período da unipotência norte-americana, persistente nas áreas militar e tecnológica, parece-nos que a geopolítica contempo-

rânea, iluminada pelo papel novo desempenhado pelos 'emergentes', caminha para a pluralidade de blocos, que assim são vistos pelos socialistas: o bloco liderado pelos Estados Unidos, o qual, compondo de saída uma unidade territorial (Canadá, EUA e México), incorpora a América Central e, de certa forma, países como a Austrália e a Nova Zelândia; o bloco europeu constituído pela atual Comunidade, o qual, nada obstante divergências crescentes no plano econômico, converge política e militarmente na direção dos interesses norte-americanos; o bloco asiático, cujo epicentro é a China, apesar da presença nipônica (já se encontram em território chinês 33 mil empresas japonesas); o bloco liderado pela Rússia compreendendo sua histórica área de influência. Outro bloco será liderado pela Índia. Resta o espaço reservado ao Brasil se souber liderar a América do Sul e, complementarmente, puder incorporar à sua área de influência outros países do hemisfério sul e do continente africano. A fim e ao cabo estamos defendendo a atual política externa do presidente Lula, a qual deverá articular-se ao Projeto Nacional (por esboçar-se) defendido por este documento.

Nenhum país, porém, é potência impunemente ou por escolha de seus parceiros. O poder não se constrói no vazio nem se alimenta de si mesmo, mas ocupando espaços antes sob o império de outros mandatários, pois aí também se aplica em toda a sua plenitude a geometria euclidiana: nosso crescimento altera a atual distribuição de poder, interfere na geopolítica e na hierarquia mundiais. Fere interesses.

Todos os nossos projetos econômicos, inclusive nosso perfil industrial, para conhecerem o sucesso, terão de considerar essa geopolítica desafiadora.

Para enfrentar tais dificuldades e construir o país que devemos às atuais e futuras gerações, carecemos de um Projeto Nacional, compreendido como reunião dos anseios, dos objetivos e dos valores de nosso povo, convergindo todos os esforços nacionais no encontro da sociedade civil com a sociedade política, em síntese, o amálgama de condições subjetivas/condições objetivas, unificando poder político, poder econômico e valores nacionais em torno de uma proposta comum de futuro.

ELEMENTOS DO PLANO NACIONAL

▶ Propomos:

No plano político: a construção de um governo popular-desenvolvimentista, no qual, respeitada a pluralidade ideológica dos partidos que compõem as bases de sua sustentação, tenha a esquerda papel hegemônico. A conquista dessa hegemonia é tarefa exclusiva dos partidos. Carecemos de uma reforma política, mas em seus fundamentos absolutamente distinta daquela preconizada pela direita, cujo objetivo recorrente é sempre reduzir a participação popular. Insistimos na necessidade de construção de um novo sistema representativo que assegure a legitimidade do mandato e o respeito ao voto popular, o fortalecimento do pluralismo partidário e, nele, dos partidos, a introdução de mecanismos da democracia direta como o *recall* e o mandato imperativo; a reforma do Judiciário visando à sua republicanização, sua democratização, sua transparência e sua eficiência. É crucial a reforma do Estado, projeto que não pôde ser realizado no governo do presidente Lula. Trata-se de retomar sua eficiência, destruída pelo neoliberalismo, e, modernizando-o, subordinar a burocracia e a tecnoburocracia aos interesses fundamentais das políticas de Estado, definidas como estratégicas. Os avanços alcançados na modernização do Estado-meio, principalmente do Estado controlador e fiscal, não tiveram a necessária correspondência na modernização do Estado encarregado do fazer, ainda manietado por uma estrutura arcaica que dificulta a boa gestão pública, e compromete a economia de meios e recursos, premia a inércia e torna a ação do Estado crescentemente ineficiente, de particular quando se trata de atender aos anseios e às necessidades, mais precisamente aos direitos dos mais carentes, àqueles aos quais se deve dirigir preferentemente a ação pública. Para tal efeito, torna-se indispensável a adoção, pela administração pública, do planejamento e de um regime de metas de desempenho aferível pela sociedade. A partir disso, propomos a adoção de **GESTÃO EFICIENTE TRANSFORMANDO O PAÍS** com o resgate do papel do setor público como indutor de um modelo de desenvolvimento sustentável, com permanência no tempo e solidez nos fundamentos de viabilidade econômica, inclusão social, proteção ambiental e legitimidade cultural, impõe-se como requisito essencial o aperfeiçoamento da capacidade dos órgãos e entidades governamentais na execução das políticas públicas discutidas com os diversos setores da sociedade. Os investimentos do PAC em infraestrutura logística, energética e urbana, o Programa "Minha Casa, Minha Vida" e as in-

tervenções para a Copa do Mundo 2014 traduzem a urgência de uma política estruturada para a gestão pública no país.

A conquista da cidadania decorrente do ingresso de contingentes outrora excluídos do mercado de bens e serviços, do acesso aos meios de comunicação de massa e aos instrumentos de promoção e proteção de direitos individuais e coletivos, estimula um movimento de crescente cobrança por padrões superiores de qualidade das entregas e atendimentos realizados pelas instituições públicas. A sociedade civil organizada avança na exigência de transparência nos atos e gastos públicos, responsabilidade na gestão fiscal e financeira, estabelecendo controle social dos resultados decorrentes da aplicação dos recursos públicos. Os avanços nos instrumentos desenvolvidos no governo Lula, a exemplo do Portal da Transparência, precisam ser mantidos e aperfeiçoados.

No decorrer do processo de reconstrução institucional inaugurado com a Constituição de 1988, podemos registrar o aperfeiçoamento do arcabouço normativo e organizacional do Estado Democrático de Direito, estabelecendo os canais de participação, consulta e representação popular. Os mecanismos de controle externo também foram fortalecidos com a atuação do Ministério Público e dos Tribunais de Contas em todos os níveis federativos. O sistema de controle interno ganha nova dimensão com a estruturação da Controladoria Geral da União (CGU), em articulação com demais órgãos que o compõem e que se articulam com o propósito de melhorar a qualidade do gasto público.

O tratamento da responsabilidade fiscal no equilíbrio de receitas e despesas e na execução do gasto público foi produzido no contexto de renegociação das dívidas da União, estados e municípios, refletindo a realidade fiscal do final dos anos 90. Esteve inserido no âmbito de um projeto de reforma do Estado voltado para a redução de sua capacidade de intervenção direta e terceirização de atividades de interesse público, o que precisa ser revisto e reformulado à luz do papel que o setor público tem desempenhado nos últimos anos, preservando seus aspectos positivos e tendo a coragem e determinação política de superar os entraves ao seu aperfeiçoamento.

Configura-se, desta forma, decorrente deste processo histórico, uma estrutura política, normativa e institucional bastante consolidada na capacidade de controle da legalidade e adequação do gasto público a parâmetros que estão superados, fazendo frente às novas demandas da sociedade e à nova realidade econômica em escala mundial. O desafio que se apresenta para o governo Dilma de construir sobre as bases existentes na administração federal uma plataforma que configure um novo modelo de gestão, deverá ser orientado por diretrizes claras de estruturação de um "Estado do Fazer", capaz de dinamizar os mecanismos que tornam realidade o que está planejado nas formulações das políticas públicas.

• **O Estado do fazer**

As ações para construção de modelo integrado de gestão, articulando processos, estruturas e recursos em todo o ciclo da formulação, execução, monitoramento e avaliação, deverão adquirir o *status* de diretriz para todo o governo. Isto implica em normatização e implantação de um sistema que permita integrar, de fato, as estruturas de planejamento e orçamento em um único fluxo, alimentando o processo de monitoramento permanente das ações, com bases de dados integradas e gestão colegiada de cada grande área de intervenção governamental. Significa reproduzir o aprendizado das experiências de gestão do PAC, por exemplo, disseminando-as por toda a estrutura da administração pública federal.

A superação de entraves existentes na capacidade de realização dos projetos e ações passa necessariamente pela revisão e reformulação da estrutura normativa de disciplinamento da execução do gasto público e dos sistemas de controle dos processos de contratação, enfrentando um debate que produza o consenso possível para o equilíbrio entre o controle das ações e a flexibilidade gerencial. Um debate que não pode mais ser postergado, sob pena de desperdício das oportunidades que já estão presentes no ciclo de desenvolvimento construído nos últimos anos. Esta diretriz implica no resgate de proposições e discussões que se arrastam nos diversos poderes e níveis da Federação, gerando uma agenda com todos os segmentos envolvidos. Algumas iniciativas já colocam esta discussão na pauta da modernização administrativa, a exemplo da revisão do sistema nacional de contabilidade pública, devendo ser abordados de forma sistêmica numa solução para o Estado brasileiro.

O aperfeiçoamento da cultura do serviço público passa pela profissionalização das atividades de planejamento, controle e gestão em todos os órgãos e entidades da administração pública, semeando um ambiente produtivo de valorização do trabalho dos servidores de todas as categorias funcionais. Os instrumentos de capacitação permanente devem contemplar uma política anual de desenvolvimento funcional, com a recuperação plena de instituições como a Escola Nacional de Administração Pública, que consolidem as bases para um modelo de movimentação nas carreiras orientado pelo desempenho pessoal e das equipes de trabalho, inclusive para provimento de funções gerenciais intermediárias. Esta frente representa uma via para conquista do respeito e apoio da sociedade ao serviço público e seus agentes, em função da qualidade de sua atuação.

No plano econômico, transformar as potencialidades de hoje (disponibilidade de energia, território continental, política de fronteira fundada na paz com os vizinhos, recursos hídricos, população), em uma sociedade

altamente industrializada, com base no uso intensivo de ciência e tecnologia e que vise a substituir as exportações de grãos e comodites por bens de alto valor agregado. Em qualquer hipótese será fundamental aumentar o investimento público (a meta do governo Dilma Rousseff deve ser investir algo como 25% do PIB), tendo como objetivos: 1) fomentar o mercado interno (ao lado da China e dos EUA somos dos poucos países que podem adotar tal política); 2) promover investimentos em energia não dependente de recursos fósseis, priorizando o projeto nuclear; 3) investir em logística, a começar pelo transporte de cargas e massas (urbanas) sobre trilhos, desenvolver as malhas fluvial e de cabotagem; 4) instituir – ao lado da política de metas de inflação que será mantida –, metas de crescimento (nunca menos que 7% a.a.), metas de qualidade de vida etc.; 5) considerar prioritária a questão das patentes (a de fármacos em particular); 6) considerar prioritário o projeto de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, considerando, inclusive, seus aspectos militares e geopolíticos, e, finalmente, mas não menos importante, 7) promover a reorganização da vida urbana, como um dos primeiros passos para conter a violência que amedronta nossas populações.

Ainda relativamente à questão energética, o pré-sal está a exigir considerações específicas. Entende o Partido Socialista que o pré-sal deverá mudar a história econômica do Brasil e ao mesmo tempo nos apresentar desafios estratégicos e de segurança antes inimagináveis. Essa perspectiva histórica precisa ser considerada em todos os seus aspectos – indo muito além do pobre debate sobre a distribuição de *royalties* – para não repetirmos tardiamente os erros em muitos casos fatais das grandes potências exportadoras de petróleo. Deve ser compromisso de nosso governo assegurar que o país será exportador de derivados de petróleo, para o que e com o que modernizaremos seu parque produtivo, valendo-nos dos frutos dessa riqueza para substituir importações e financiar novas políticas científicas (aumentar para pelo menos 2% do PIB os investimentos em ciência, tecnologia e inovação), econômicas e sociais.

No plano social, nosso governo construirá as bases de uma nova sociedade fundada no combate à desigualdade, atuando como agente do desenvolvimento com expansão e valorização do trabalho – donde nossa defesa da redução da jornada sem redução dos direitos dos trabalhadores. Precisamos fortalecer os movimentos sociais, como o MST, aumentar o diálogo e eliminar a repressão, reconhecer nosso atraso na promoção da reforma agrária e compreendê-la como necessidade histórica, econômica e social.

Para alcançar tais objetivos precisamos reforçar o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, e modernizá-lo, desburocratizando-o de sorte a pôr toda a sua estrutura e conhecimento acumulado a serviço dos projetos

estratégicos da nação. O bom caminho será o fortalecimento das empresas estatais e do setor bancário público, os quais disseram a que vieram na crise do capitalismo internacional quando ela penetrou em nossas fronteiras.

POR UM PROJETO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

▶ EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

1 De todas as urgências que se impõem à nação brasileira, lugar central é ocupado pela questão educacional. O PSB considera que só alcançaremos os patamares de nação democrática, desenvolvida e socialmente justa se formos capazes de proporcionar educação de boa qualidade para todos, em todos os níveis, mas a começar pelos pobres. Para o PSB a educação é instrumento de democratização do saber, mobilidade social e desenvolvimento econômico. Para tanto, são necessárias medidas corajosas que implicam determinação política à altura dos desafios.

Os sucessivos relatórios dos indicadores educacionais da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) revelam que o Brasil investe na educação básica metade do que investem países vizinhos como Chile, México e Argentina, e seis vezes menos que a média dos países da própria OCDE. Considerando que o Brasil tem hoje cerca de 50 milhões de alunos matriculados nesse nível de educação, se quiser chegar ao patamar de investimento realizado pelos nossos vizinhos, isto é, algo em torno de R$ 4.000 por aluno/ano, o país precisará destinar cerca de R$ 200 bilhões por ano para a educação básica. Os últimos dados oficiais do investimento público direto em manutenção e desenvolvimento do ensino divulgados pelo Ministério da Educação, relativos ao ano de 2007, mostram que o país aplica no setor cerca de R$ 100 bilhões de reais por ano, somatório das destinações realizadas pelo conjunto dos estados, Distrito Federal, municípios e governo federal. Assim, para apenas se aproximar de países de nível de desenvolvimento econômico inferior ao nosso, o Brasil precisará dobrar os seus investimentos em Educação Básica, ou seja, adicionar mais R$ 100 bilhões, atingindo o nível inicial equivalente a 7,5% do PIB que deve ser gradativamente elevado para que atinja pelo menos 10% nos próximos anos.

Um dos reflexos do baixo investimento na educação são as vergonhosas posições ocupadas pelo Brasil nas avaliações internacionais em leitura, matemática

e ciências, como no caso do Programa Internacional de Avaliação de Desempenho (Pisa). Esse fraco resultado também se revela nas avaliações nacionais, como na Prova Brasil e no Saeb e no Enem. Dados de 2007 mostram que somente 23% dos alunos que concluem a 4ª série do Ensino Fundamental I alcançaram o nível adequado de aprendizagem em Matemática. A baixa qualidade da educação brasileira é considerada como o principal entrave para que o país ocupe uma posição de destaque no *ranking* mundial da competitividade global.

O enfrentamento da questão educacional brasileira passa por uma mudança na concepção vigente do financiamento do ensino público: investe-se pouco e esse pouco algumas vezes é mal administrado. Para o PSB, o foco desse esforço deve recair na valorização dos professores e demais profissionais da educação.

Como se sabe, uma das principais causas da baixa qualidade da educação nacional é a precária condição em que é exercido o magistério, seja no que se refere à remuneração, à formação profissional, seja ainda quanto às condições de trabalho. Ao contrário do que adotam países com alto índice de desenvolvimento educacional, no Brasil, com poucas exceções, ser professor de educação básica é opção apenas para quem não conseguiu opção melhor. É exatamente esse o quadro que terá de ser mudado, tarefa importantíssima, sublinhe-se, que pode e deve ser executada sob a liderança do governo federal.

O PSB entende que um novo Projeto Nacional de Educação poderá nascer, agora, com condições muito melhores que os anteriores. Primeiro, porque, nos últimos anos, parece haver crescido a conscientização de que Educação com Qualidade é direito a ser cobrado e um dever do Estado, direito que precisa ser realizado sem demora e com esmero diante das exigências cada vez maiores do mercado de trabalho e da vida em sociedade num mundo de intensa globalização da economia e da cultura. Segundo, porque, em consequência do trabalho realizado no governo Lula, o Brasil dispõe hoje de sistemas mais avançados de financiamento, monitoramento, avaliação e controle social das ações educacionais, o que permite melhor acompanhamento do que vier a ser planejado. Terceiro, porque, sob a coordenação do governo federal e ampla participação dos diferentes segmentos da sociedade, acaba de ser realizada a Conferência Nacional de Educação.

De todo modo, as experiências vividas e os desafios do presente e do futuro permitem tomar como pontos de partida os doze maiores desafios da educação nacional.

1. Universalizar o atendimento público, gratuito, obrigatório e de qualidade de pré-escola, ensino fundamental de nove anos e ensino médio, além de ampliar significativamente esse atendimento nas creches. Implantar ações

que consolidem a cooperação entre União, estados e municípios, com o objetivo de assegurar a alfabetização de todas as crianças dos anos iniciais do ensino fundamental.

2. Democratizar e expandir a oferta de Educação Superior, sobretudo da educação pública, gratuita e de qualidade.

3. Expandir a Educação Profissional de modo a atender às demandas produtivas e sociais locais, regionais e nacionais, em consonância com o desenvolvimento sustentável e com a inclusão social.

4. Garantir oportunidades, respeito e atenção educacional às demandas específicas de estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade-escolaridade, indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos do campo.

5. Criar a Escola de Tempo Integral na Educação Básica, com projeto político-pedagógico que melhore a prática educativa, com reflexos na qualidade da aprendizagem e da convivência social.

6. Instaurar o Sistema Nacional de Educação, integrando, por meio da gestão democrática, os Planos de Educação dos diversos entes federados e das instituições de ensino, em regime de colaboração entre a União, estados, DF e municípios, regulamentando o art. 211 da Constituição Federal.

7. Ampliar o investimento em educação pública em relação ao PIB, de forma a atingir 10% do PIB até 2014.

8. Estabelecer padrões de qualidade para cada etapa e modalidade da educação, com definição dos insumos necessários à qualidade do ensino, delineando o custo-aluno-qualidade como parâmetro para seu financiamento. Com base nesses padrões instituir a Lei de Responsabilidade Educacional, mediante a qual os agentes públicos da União, dos estados, Distrito Federal e dos municípios, cada um de acordo com suas possibilidades e suas necessidades, responderão por seus deveres para com o desenvolvimento da educação.

9. Valorizar os profissionais da educação, garantindo formação inicial e continuada, além de salário e carreira compatíveis com sua importância social e com os dos profissionais de outras carreiras equivalentes. Implantar política de responsabilização prevendo maior remuneração aos professores em sala de aula e aos que alcancem melhores resultados em processos de avaliação de desempenho. Premiando aqueles que já alcançaram resultados satisfatórios. Experiência similar foi adotada, com sucesso, pelo governo de Pernambuco na atual administração ao implantar o bônus de desempe-

nho educacional, premiando os professores que atingem a partir de 50% da meta de melhoria de aprendizagem da escola.

10. Definir um padrão básico de qualidade para funcionamento das escolas de ensino médio constituído de pelo menos cinco laboratórios, a saber, de informática, física e matemática, química, biologia e ciências, línguas e artes. Implantar o sistema de ensino de tempo integral, utilizando o segundo turno para ensino técnico ou profissionalizante; implantar cursos noturnos de reciclagem de ex-alunos de ensino técnico. Implantar escolas técnicas.

11. Estabelecer, em plano nacional, diretrizes curriculares, de desempenho, de oportunidades e de aprendizagem visando a construir o tripé: aluno motivado/professor qualificado/Escola atrativa.

12. Instituir cursos profissionalizantes no segundo e terceiro anos do Ensino Médio.

O Partido Socialista Brasileiro considera, ainda, que esses pontos podem e devem ser detalhados em objetivos e metas claras e tangíveis, com vistas a integrarem um novo Plano Nacional de Educação a ser elaborado e votado ainda este ano pelo Congresso Nacional. Mas a implementação deve contar com a ação diligente do governo central no provimento dos recursos técnicos e administrativos.

2 Ao lado da educação, consideramos a área de ciência, tecnologia e inovação como a viga mestra de qualquer projeto de desenvolvimento nacional. Sem uma e outra, não há possibilidade de crescimento e de inclusão social. Ambas estão diretamente subordinadas às políticas de Estado.

Há três ordens complementares de ações que envolvem a Política de Ciência e Tecnologia, sendo todas absolutamente essenciais ao desenvolvimento do país. A primeira refere-se à geração do conhecimento que anima a competitividade da produção econômica e que condiciona, por sua vez, tanto o modo de inserção do Brasil no comércio exterior, quanto os padrões de renda a que podemos aspirar, a qualidade do emprego em termos gerais e industrial em particular, a natureza de nossa matriz industrial e de serviços.

A segunda diz respeito ao esforço de inclusão de nossa população, particularmente aquela sem acesso à informação tecnológica e oportunidades de interação com os novos meios de comunicação e informação, que encontram no computador e na internet seu binômio mais evidente. Deste ponto de vista, é preciso considerar que os avanços da tecnologia tem resultado no aprofundamento do conhecimento de poucos e no aumento da ignorância de muitos.

Como novos conhecimentos surgirão a velocidades crescentes, as camadas sociais mais pobres correm o risco de sofrer a mais perversa das exclusões: a do saber para o trabalho. Essa exclusão tem início com a depredação da escola pública, o mais importante instrumento de mobilidade social de que dispõem as sociedades democráticas.

No que se refere à exclusão, é preciso romper o ciclo em que suas velhas formas potencializam a nova, que se relaciona diretamente à apropriação tecnológica. Tal ruptura implica interfaces diretas com a política nacional de educação, para reverter um quadro que é de calamidade:

- Escolaridade média no Brasil é de 6 anos, na Argentina 8,8 anos, nos EUA 12,1 anos.
- Ensino médio: somente 35% dos jovens de 15 a 18 anos estão matriculados; no Chile esse número chega a 85% e na Argentina a 75%. Para alcançar o índice do Chile, o Brasil precisaria construir 50.000 novas salas de aula e contratar 500.000 novos professores.
- Interpretação de texto: 74% da população não conseguem entender um texto simples.
- Repetência e defasagem: 32% de nossas crianças repetem a 1ª série do ensino fundamental e aos 14 anos 64% dos alunos são defasados.
- De 100 alunos que entram na 1ª série, 48 concluem o fundamental, 32 o médio; 17 entram na universidade e apenas 8 a concluem.
- Escolarização de adultos: Brasil 6,3 anos; Argentina 8,5 anos; Chile 10 anos, Europa 11,8 anos.
- 60% de nossos universitários estão matriculados em quatro cursos: direito, administração, pedagogia e contabilidade. Somente 6% dos alunos estão nas engenharias e somente 3,4 % da população tem nível superior.
- Dados do 3º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (2001 / 2003) (Inaf) – que analisou uma população de 115 milhões de brasileiros, com idades variando entre 15 e 64 anos – apresentam os seguintes resultados:
  - ✓ 10 milhões de analfabetos;
  - ✓ 35 milhões mal conseguem escrever o nome;
  - ✓ 40 milhões não interpretam um texto;
  - ✓ somente 30 milhões têm conhecimento para o novo mercado de trabalho.

A terceira diz respeito à interação desenvolvimento tecnológico-industrialização com suas óbvias implicações nas políticas de segurança tradicional. Tratemos do primeiro caso, lembrando a formação de engenheiros, por ano, entre os países emergentes que integram o grupo dos chamados BRICs:

China	650 mil
Índia	250 mil
Rússia	190 mil
Coreia do Sul	80 mil
Brasil	30 mil

Esses números podem, perigosamente, estar condicionando o futuro de nossos países, principalmente se considerarmos que a Confederação Nacional da Indústria estima em 150 mil o número mínimo de engenheiros que nossa economia necessitará até 2012. Esses números são ainda mais preocupantes se associarmos nosso desempenho numérico ao educacional: somente um em cada quatro engenheiros que saem de nossas escolas possui formação adequada. Em nossos cursos de graduação em engenharia a evasão é de 80%!

▶ Propomos:

Não é possível falar em desenvolvimento científico e tecnológico sem considerarmos a integração e a eficiência de todos os elos da cadeia do conhecimento. Temos que entender que a ciência começa com o ensino fundamental (que no Brasil se caracteriza pela sua baixa qualidade, sobretudo em disciplinas como física, química e matemática) e que por isso a educação deve se integrar em todos os níveis com os programas e projetos relacionados com a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a extensão e a política de ciência e tecnologia precisa manifestar-se já no ensino médio, assegurando, pelo menos na escola pública, o melhor ensino das ciências, oferecendo laboratórios e melhor qualidade do magistério.

O tripé P (pós-graduação e pesquisa), D (desenvolvimento tecnológico) e E (extensão e engenharia) precisa ser implantado ou fortalecido nas universidades e instituições de pesquisa. Os trabalhos de extensão das universidades e instituições de pesquisa precisam ser massificados no sentido de levar novos conhecimentos para a população. Deste modo, o Plano de Ciência e Tecnologia pelo qual propugna o PSB, deverá ser executado a partir de programas e projetos voltados para as áreas de:

- Informação tecnológica.
- Capacitação tecnológica da população.
- Capacitação física e laboratorial das instituições.
- Extensão tecnológica.
- Pesquisa básica e aplicada.
- Engenharia espacial.
- Física nuclear.
- Inovação tecnológica.

▶ ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA

Anda não conhecemos um Projeto Nacional no sentido em que o caracterizamos linhas atrás. Longe ainda estamos da amálgama *condições subjetivas/projetos objetivos*, unificando poder político, poder econômico e valores nacionais em torno de uma proposta comum de futuro. Mas já se pode falar em preeminência do interesse nacional e eleição de objetivos estratégicos no governo Lula, cujo primeiro *corpus* é conhecido quase ao final do segundo mandato, com a edição do documento *Estratégia Nacional de Defesa*, elaborado a quatro mãos pela então recém-criada Secretaria de Estado de Assuntos Estratégicos (SAE) e o Ministério da Defesa, mas ainda sem discussão nacional que envolvesse sindicatos e empresariado, os diversos espaços da sociedade civil e das instituições políticas e pelo menos os *campi* universitários. O parlamento silente, antes, durante e depois.

A Estratégia Nacional de Defesa confunde-se com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento e desse encontro resulta o projeto de independência nacional, assentada no tripé: (i) mobilização de recursos físicos, econômicos e humanos, para o investimento no potencial produtivo do país; (ii) capacitação tecnológica autônoma, inclusive nos estratégicos setores espacial, cibernético e nuclear e (iii) democratização de oportunidades educativas e econômicas e pelas oportunidades para ampliar a participação popular nos processos decisórios da vida política e econômica do país.

O fato relevante para as presentes considerações é a necessidade de consagrarmos a eleição da cibernética, do programa espacial e do programa nuclear como prioridades estratégias do futuro governo Dilma Rousseff. A estratégia fala com os fins, os resultados; as táticas são servidoras dos objetivos. Na prática, po-

rém, o que ocorre? Os temas relativos tanto ao Programa Espacial quanto ao Programa Nuclear, especialmente eles, continuam sendo administrados sem especificidade pela perrenguinchada máquina burocrática, em seus diversos escalões. É que o principal requisito de uma política estratégica, ausente em nosso caso, é o apoio de um Estado adequadamente aparelhado para executá-la. Inexistindo este, sobreleva o emperramento dos projetos e, dele resultante, o óbvio atraso tecnológico, em perigoso processo de acumulação. É assim que o país se deixa ultrapassar por antigos parceiros de desenvolvimento, como a Coreia do Sul, a China e a Índia. E nosso atraso, relativamente a esses países, é mais acentuado nos campos dos programas nuclear para fins pacíficos e no espacial, e nas áreas germanas da cibernética e da informática. Retornamos a dois temas à defesa de duas prioridades: a reforma do Estado e o aumento dos investimentos em ciência e tecnologia.

Política nacional de apoio à Inovação e ao desenvolvimento tecnológico

Esse política tem por objetivo a melhoria do desempenho inovativo e de pesquisa e desenvolvimento das empresas brasileiras mediante:

- Ênfase ao apoio governamental para a inovação nas empresas.
- Apoio direto às empresas inovadoras.
- Aprimoramento do financiamento para as atividades de pesquisa e desenvolvimento e inovação.
- Desenvolvimento do mercado de capitais para apoio à inovação.
- Permissão do uso de créditos tributários acumulados para aplicações em pesquisa e desenvolvimento, ou projetos estruturantes de interesse da política industrial (articular a ação das agências federais).

▶ INDUSTRIALIZAÇÃO

Iniciemos com o enunciado de nossas teses: o desenvolvimento sustentável e democrático de nosso país está a depender, menos da exportação de grãos e comodites e mais da expansão sustentada de exportações de bens industrializados, principalmente aqueles de alto valor agregado. Uma das condições para um

programa sustentado de exportações de bens manufaturados é a adição de valor às nossas exportações e desenvolvimento e absorção de novas tecnologias, permanentemente, para aumento de produtividade e saltos de qualidade. Assim se casam os projetos de ciência e tecnologia e desenvolvimento industrial, porque, na sociedade do conhecimento a atividade que mais cresce é aquela que decorre do trabalho imaterial.

Segundo projeções da Organização Mundial do Comércio, ao longo dos próximos anos, o Brasil terá destaque na agricultura e na produção mineral, a Índia no setor de serviços e a China no setor industrial. Mais do que prever o futuro, os grandes países desenvolvidos estão é determinando aquele que segundo seus interesses deve ser nosso papel na comunidade internacional, qual seja o de fornecedores de matérias-primas e alimentos para a sustentabilidade de seu consumismo irracional.

Independentemente do que sobre nós projetam os grandes países, o evidente é que se apresentam como exequíveis para a próxima década as seguintes metas: deveremos ser o maior produtor mundial de alimentos, um dos maiores produtores mundiais de petróleo, o maior exportador de minério, a maior reserva de recursos hídricos e o depositário da biodiversidade da Amazônia. É evidente que um país que tem alimentos para exportar quando o mundo está passando fome em face da distribuição assimétrica imposta pelo capitalismo, não tem o direito de deixar de exportá-los, mas não se pode fazer isso ao preço de se desmontar um dos maiores parques industriais do mundo.

O país encontra-se, portanto, diante de um cenário complexo e rico em possibilidades. Em primeiro lugar se oferece a oportunidade de congregar tendências que no passado se apresentavam como excludentes, ou seja, o Brasil não apenas pode ser, mas deve ser, ao mesmo tempo, uma potência agrícola e industrial.

Não há dúvida que tanto o setor agrícola, quanto o setor da indústria extrativa mineral são essenciais para o crescimento econômico brasileiro e devem ser sempre fomentados. Mas há nuanças importantes a serem destacadas, principalmente fatores ligados ao processo demográfico brasileiro ao longo das próximas décadas.

A população brasileira continuará em crescimento até a metade deste século, quando iniciará processo de estabilização. De acordo com as projeções do IBGE, a população brasileira em 2030 será de 216 milhões e, em 2040, de 219 milhões. Significa que teremos uma População em Idade Ativa (entre 15 e 65 anos) de cerca 132 milhões em 2030 e 134 milhões em 2040.

O país deve encontrar condições de empregabilidade para essa massa de população, de forma a gerar melhores condições de vida para todos. Esse planejamento haverá de começar em nosso governo, sob pena de, em duas

ou três décadas, encontrarmos gargalos de mão de obra em vários setores da economia.

O setor agrícola possui o limite natural da terra agricultável. Significa que a produção agrícola somente tem condições de crescer com aumento da produtividade, que é poupadora de mão de obra. Desta maneira, a tendência é que haja aumento de produção, via aumento de produtividade (mais mecanização, por exemplo), fazendo com que o número de trabalhadores empregados no setor acelere sua tendência de queda ao longo das próximas décadas.

O setor de serviços, que já responde por mais de 50% do PIB brasileiro, também não será capaz de atender às demandas das massas de trabalhadores que se apresentarão ao mercado nas próximas duas ou três décadas. Em 2009 exportamos, em serviços, US$ 1,5 bilhão. A Índia, no mesmo ano, exportou US$ 25 bilhões. Mas este é um setor muito dependente do mercado doméstico, pois é primordialmente relacionado a bens não comercializáveis. Significa que, mesmo com sua importância crescente na economia, a dependência do mercado doméstico gera certa restrição de crescimento e de atendimento às demandas por vaga de trabalho.

Com fundamento neste arrazoado pode-se inferir que setor industrial, principalmente a indústria de transformação, é aquele capaz de gerar empregos suficientes para esses trabalhadores, pois é o motor de toda a economia, com encadeamentos essenciais com as outras atividades produtivas. Contudo, para termos um setor industrial forte, e com possibilidades de geração de ofertas de emprego, devemos fomentar não somente o mercado doméstico, prioritário relembre-se sempre, mas também o comércio exterior.

Propostas para o desenvolvimento do setor industrial

Nas próximas décadas, o horizonte para o Brasil sinaliza para grandes oportunidades de crescimento econômico, processo do qual a indústria não pode ser deixada de lado pela sua importância. Uma agenda de desenvolvimento que privilegie o setor industrial deve, necessariamente, envolver os mais variados aspectos da vida nacional, a começar pela política financeira.

Superar a concepção financeira da política econômica

Precisamos, com racionalidade, serenidade e espírito público, tratar, para combatê-la, da supremacia e anterioridade financeira que ainda subordinam a condução da política macroeconômica, a qual, bem sucedida na maioria dos seus diversificados aspectos, ainda não abordou, de modo consequente, o pro-

blema dos patamares da taxa de juros e do serviço da dívida do setor público que se lhe associa.

No cenário de crise sistêmica, aliás, o Brasil foi encontrar alternativas exatamente na negação do neoliberalismo, lançando mão largamente das ações do Estado, diretamente, ou através dos bancos oficiais, determinando a política de juros e de empréstimos, seja por meio das estatais, que voltaram a investir. No ano passado essas 'relíquias jurássicas', como são classificadas pela social-democracia tucana, renderam ao país, ao nosso povo, 52 bilhões de dividendos. Assim, o desastre que, diziam os analistas de sempre e os analistas improvisados para dizer o mesmo, se abateria sobre país, não se materializou. O deslocamento de nossas exportações, a abertura em direção ao Mercosul, à China – que se transformou no segundo importador brasileiro –, ao restante da Ásia, África, o relacionamento Sul-Sul foram elementos essenciais ao tipo de superação que tivemos em uma crise de escala planetária.

Defendemos:

Política Monetária:

- Juros internos convergindo para as taxas internacionais; juros diferenciados quando destinados a investimentos que assegurem o aumento da produção ou a criação de emprego;
- Conciliação das metas de inflação com metas de crescimento e IDH.

Política Cambial:

- Atuação no mercado de câmbio com vistas a promover taxa de câmbio compatível com crescimento econômico e que incentive a produção doméstica.

Reforma tributária:

- Que persiga a justiça fiscal, proteja as regiões mais pobres, compreenda a taxação extra das grandes fortunas e desonere o consumidor na ponta; carecemos de uma reforma tributária progressiva incluindo a tributação das grandes fortunas.

Política Fiscal:

- Controle dos gastos públicos com meta de resultado nominal zero;
- Ganhos de eficiência na gestão da máquina pública, com revisão geral dos gastos correntes;
- A política fiscal, neste caso associada à política de juros, não pode ser uma 'opção por crescer menos". A opção do povo brasileiro é crescer mais.

Forte investimento público em infraestrutura e mão de obra:

- Transportes (transporte urbano de massas sobre trilhos), portos e aeroportos, recuperação das rodovias e da malha ferroviária dedicada ao escoamento da produção;
- Energia; ampliação da atual malha com investimentos maciços na pesquisa das fontes eólicas e solar, e construção de novas usinas nucleares;
- Construção civil: manutenção da atual política de estímulo por meio de uma política de juros diferenciados que beneficie o construtor e o comprador da casa própria;
- Educação de qualidade em todos os níveis.

Avanço na mudança estrutural da indústria brasileira:

- Foco em projetos de grande potencial de transformação da estrutura produtiva e inserção internacional do Brasil;
- Atenção para as tecnologias portadoras de futuro (nanotecnologia, biotecnologia, energia etc.).

Atração de investimentos intensivos em pesquisa e desenvolvimento e de atividades baseadas em conhecimento

- Consolidação do Sistema de Inovação Brasileiro:
  - ✓ Parcerias público-privadas;
  - ✓ Moderna base de infraestrutura e de serviços tecnológicos.
- Difusão de tecnologia e apoio aos Arranjos Produtivos Locais de base tecnológica
  - ✓ Difusão de tecnologia e extensão tecnológica;
  - ✓ Atenção específica aos Arranjos Produtivos Locais.

Apoio a estratégias de proteção da Propriedade Intelectual e combate à pirataria:

- Regulação e concorrência
  - ✓ Compatibilização da regulação setorial com os objetivos de política industrial;
  - ✓ Adoção de regimes de compras e de estímulos ao desenvolvimento tecnológico setorial.
- Criação de Ambientes de Inovação

- ✓ Estabelecimento de um Sistema Nacional de Parques Tecnológicos.
- ✓ Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais de base tecnológica e Rede de Incubadoras.

▶ A QUESTÃO URBANA

Os fundamentos socioterritoriais em que se desenvolve a existência humana vêm sofrendo ao longo dos últimos séculos, em particular a partir das revoluções industriais, mudanças profundas. Observa-se desde então um processo contínuo e avassalador de urbanização, que, a esta altura, já atinge a situação em que se tem uma quantidade maior de pessoas vivendo nas cidades, comparativamente ao território rural.

O Brasil, por seu turno, apresentou um processo intenso e, em certa medida, precoce de urbanização (se comparado às experiências asiática e africana), tendo, segundo o Censo de 2000, uma taxa de urbanização equivalente a 81,25%. É importante notar para a compreensão da complexidade deste fenômeno que a velocidade da urbanização foi muito significativa, ocorrendo uma virada decisiva no interregno compreendido entre 1950-1970, ou seja, no decorrer de apenas uma geração.

Para qualificar a questão urbana é necessário registrar, complementarmente, que se observa uma tendência no sentido de as grandes metrópoles concentrarem fração significativamente majoritária da população. Trinta por cento dos brasileiros vivem em nove regiões metropolitanas, sendo que apenas as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte detêm 20% da população nacional. Daí, despreparadas as cidades para receber tais contingentes humanos, a proliferação de cortiços, aglomerações sem saneamento e um número incontável de sem-teto. Somente na cidade do Rio de Janeiro há, segundo o censo de 2008, 968 favelas, com 1,5 milhão de moradores, sem saneamento básico, escolas, postos de saúde, transporte, iluminação, áreas de lazer e tudo o mais que se pode exigir de uma cidade civilizada ou minimamente humana.

O inventário dos elementos institucionais da política de desenvolvimento urbano permite afirmar que o quadro dramático em que se encontram as cidades brasileiras não decorre, em absoluto, de insuficiências normativas, previsões legais ou mesmo de esforço de planejamento. Muito ao contrário há legislação farta e de boa qualidade, além de tentativas de ordenar o processo por meio do planejamento.

A compreensão da natureza do problema das cidades não evoluiu, contudo, de maneira a que se possa estar à altura dos desafios que a contemporaneidade propõe. Ainda se trata a questão urbana como um problema (a mais) ao lado de outros, sem que se reconheça que o ambiente em que a humanidade realiza sua história é essencialmente urbano.

Se considerarmos que a produção da vida material continua a ser, no essencial, a mesma, no contexto das sociedades capitalistas, precisamos considerar cuidadosamente a ideia segundo a qual a crise das cidades e da produção do espaço urbano é uma das instâncias em que a natureza problemática da valorização do capital se manifesta na contemporaneidade.

Há, portanto, uma imbricação entre o padrão de crises que acomete atualmente o modo capitalista de produção e a lógica com que se produz o espaço urbano, baseado na segregação socioterritorial, que traduz, por seu turno, nossa experiência da cidade: restrições à mobilidade urbana, padrão habitacional que consagra a moradia periférica, precária e irregular, limitação de acesso aos serviços públicos básicos como educação, saúde, proteção socioassistencial etc., além do estabelecimento de uma realidade quotidiana de violência, que acomete a todos, mas especialmente às populações pobres das periferias (e muito particularmente os negros jovens, que morrem na escala dos genocídios).

Propostas para equacionamento da questão urbana no Brasil

O equacionamento da questão urbana no Brasil tem por pressuposto necessário a criação de um programa federal que permita priorizar recursos humanos, materiais e orçamentários para a materialização da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que deve ser eleita como preocupação de primeira ordem do Estado, em sua ação transformadora da realidade socioeconômica do país.

Os esforços orçamentários do governo federal devem estar vinculados às necessidades próprias e abrangentes do ordenamento socioterritorial, minimizando-se o comprometimento de recursos, quer com o financiamento do setor construtor privado, quer com desonerações fiscais que não estejam previamente integradas à construção de cidades inclusivas.

As intervenções devem se organizar sob a premissa de assegurar os direitos humanos essenciais preconizados pela Constituição brasileira, que são violados e fragilizados por ambientes urbanos nos quais predomina a exclusão socioterritorial.

As ações visando o desenvolvimento socioterritorial e a implantação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano que lhe corresponda, que se cris-

talizam em torno do Programa Cidades Inclusivas, devem estar baseadas nos seguintes vetores:

Transversalidade, de tal forma que todas as políticas setoriais se componham tendo por meta criar um ambiente urbano inclusivo e acolhedor, capaz de superar as diferentes ordens de segregação que têm, inclusive, – senão principalmente –, um forte componente de localização espacial, que faz coexistir em conflito e em uma relação abjeta a cidade dos ricos e a dos pobres, a cidade dos serviços públicos e a cidade que não dispõe de serviços públicos, a cidade legal e a marginalizada.

Intersetorialidade: pois a construção do habitat(inclusivo) que se defende não será construído sem a participação de todas as políticas públicas, em particular:

- Habitacional, que deve superar a monomania da moradia popular periférica;
- Regularização fundiária, que deve compreender o reconhecimento do direito à terra urbana àqueles que se viram e se veem na condição da ocupação irregular;
- Saúde, que deve estruturar modelos de atenção fundamentados na humanização e no acolhimento;
- Educação, que deve estar organizada sob a lógica da inclusão social, criando tanto condições para a mobilidade socioeconômica, quanto para a valorização das diferentes culturas que compõem a nação;
- Cultura, que deve ser um dos elementos essenciais a uma nova concepção da nação, na medida em que permite o acesso criativo e crítico de nossas heranças coloniais e escravistas;
- Esporte e lazer, que precisam ser pensados de modo mais abrangente do que fatores coadjuvantes no combate à marginalidade e delinquência de populações empobrecidas das periferias urbanas;
- Saneamento ambiental, que precisa efetivamente compreender a política de meio ambiente, o saneamento básico, assegurando-se o acesso universal à água potável, à coleta de resíduos líquidos e sólidos, à drenagem urbana, instituindo-se deste modo um ambiente salubre, ambientalmente equilibrado e urbanisticamente adequado ao desenvolvimento da vida em comunidade;
- Segurança pública, cuja eficácia não deve decorrer apenas do desempenho das forças policiais, mas da integração de diferentes políticas públicas, como educação, esportes e lazer, cultura, eletrificação e iluminação pública etc. Do ponto vista estrito da política de segurança, é preciso investir nas interações com as comunidades, assim como nas ações de inteligência;

- Transporte público, massivo, seguro e barato, organizado sob a lógica da mobilidade urbana e tendo em vista a melhoria da qualidade de vida das populações; ao lado de investimentos como o projetado trem-bala, que ligará nossas duas maiores regiões metropolitanas, é fundamental que a União, coordenando as ações de estados, municípios e da iniciativa privada, promova, tendo em vista pelo menos as 12 capitais brasileiras que sub-sediarão a próxima Copa do Mundo, a construção de meios de transporte de massa, dando prioridade ao metrô e ao VLT (veículo leve sobre trilho);
- Adoção de um amplo programa de qualificação da população para o mundo do trabalho, em que se articulem recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e ações de educação, inclusive técnica, propiciando a criação de perspectivas de inclusão social, sem o que dificilmente se pode ter um ambiente urbano acolhedor;
- Política de promoção da inclusão social, mediante o combate à velha exclusão (analfabetismo, desqualificação para o mundo do trabalho, desemprego estrutural etc.) e à nova exclusão, notadamente as relacionadas ao mundo das novas tecnologias de comunicação, informação e conhecimento.

Constituição de Grupo de Trabalho de apoio e fortalecimento institucional que possa suprir deficiências técnicas e administrativas de estados e municípios, para atuar sobre questões urbanísticas, notadamente as relacionadas aos temas da desapropriação, regularização fundiária e ainda na montagem de projetos e arranjos produtivos desse habitat. Tal apoio deve incluir o desenvolvimento, aprimoramento e implantação dos instrumentos legais e normativos municipais e estaduais necessários ao reordenamento socioterritorial.

Governança metropolitana: no contexto das relações interfederativas que promovam e facilitem o planejamento e desenvolvimento socioterritorial é preciso ter grande atenção para com as regiões metropolitanas, quer por concentrarem a parte mais significativa da população urbana do país, quer em decorrência de se encontrarem em zona cinzenta, uma vez que o espaço metropolitano é palco de conflitos entre estados e municípios, fato que prejudica de modo significativo sua governança, com impactos não desprezíveis sobre os direitos da população. É preciso, portanto, desenvolver novas formas de governança metropolitana, que superem os impasses atuais, assegurando-se aos cidadãos o direito à cidade, que lhes é negado quando temas de importância fundamental para suas vidas, como a mobilidade e o saneamento ambiental, não são adequadamente tratados.

Inclusão socioprodutiva: O Programa Cidades Inclusivas deve conceber mecanismos que garantam o financiamento de empreendimentos econômicos de pequeno porte, contribuindo decisivamente para difusão do microcrédito, fortalecendo igualmente ações no âmbito da economia solidária, com o que se poderá instituir um tecido econômico significativamente diferente daquele que tem sido o brasileiro, caracterizado pela assimetria de oportunidades e grande mortalidade dos pequenos empreendimentos.

▶ PLANO NACIONAL DE REDUÇÃO DE MORTES E LESÕES NO TRÂNSITO

O Brasil deu um passo importante com a Lei nº 11.705/2008, que estabelece em zero o limite de álcool no sangue do condutor de veículos automotores, estabelecendo penas severas para os infratores.

No entanto, ainda há muito por fazer. As estatísticas colocam nosso país como um dos cinco países líderes mundiais em mortes no trânsito. A cada dia, cerca de 100 pessoas morrem e mil ficam feridas. São cerca de 37 mil mortos por ano (19,4 a cada 100 mil habitantes) e 120 mil internações, só na rede do SUS.

Um terço dos pacientes com lesões medulares ou lesões encefálicas são vítimas de acidentes de trânsito.

Não bastasse a perda de vidas, cada vítima resulta em despesa médica de cerca de 50 mil reais. Estudo recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) informa que o país perde, a cada ano, R$ 30 bilhões com acidentes de trânsito. O Ministério da Saúde já considera as mortes e sequelas nas estradas e vias urbanas um problema de saúde pública, tal a incidência de casos que terminam nos hospitais.

Por uma providencial e emblemática coincidência, 2011 marca o início do próximo mandato presidencial do Brasil e também o primeiro ano da Década de Ações para a Segurança Viária, proposta pela Organização das Nações Unidas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cada país terá o número de mortes no trânsito que estiver disposto a tolerar.

▶ Propomos:

- Elaborar um Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito, com metas e programas que persigam objetivos claros e mensuráveis.

- Empregar os recursos arrecadados com multas de trânsito para financiar o Plano.
- Criar uma nova institucionalidade para coordenar as ações em defesa da vida no trânsito.
- Envolver governos estaduais e municipais, especialistas, entidades não governamentais e a sociedade em geral para elencarmos ações prioritárias que envolvam campanhas educativas de trânsito permanentes.
- Adotar a recomendação da OMS, a fim de que, anualmente, um terço dos condutores sejam fiscalizados, especialmente através do teste do bafômetro.
- Efetuar esforço especial para desenvolver e implementar políticas e soluções de infraestrutura para proteção dos usuários das vias de circulação, em particular os mais vulneráveis, como pedestres, ciclistas, motociclistas, usuários do transporte público e os dependentes como crianças, idosos e deficientes.
- Criar sistemas mais seguros e sustentáveis de transporte, incentivando a utilização de meios alternativos de mobilidade.
- Promover a harmonização das normas sobre segurança rodoviária e de veículos, adequando-as às práticas e instrumentos pertinentes da Organização das Nações Unidas;
- Reforçar e manter a aplicação da legislação existente e a consciência dela e, se necessário, melhorar a legislação e os sistemas de registro de veículos e de condutores sob normas internacionais adequadas.
- Incentivar as organizações a contribuírem ativamente para melhorar a segurança viária no local de trabalho, incentivando a adoção de melhores práticas de gestão de frotas de veículos e de profissionais;
- Melhorar a coleta de dados nacional e a comparabilidade internacional, incluindo a adoção da definição do padrão de mortalidade causada pelo trânsito de qualquer pessoa que morre de imediato ou no prazo de 30 dias após um acidente de trânsito, e de definições padronizadas de lesão, e facilitar a cooperação internacional para o desenvolvimento de sistemas confiáveis de dados e harmonizados;
- Fortalecer a atenção pré-hospitalar e hospitalar do trauma, os serviços de reabilitação e reinserção social, através da aplicação da legislação pertinente, desenvolvimento das capacidades humanas e a melhoria no acesso aos cuidados de saúde.

▶ DESENVOLVIMENTO E LOGÍSTICA

Para que o Brasil possa materializar suas potencialidades econômicas, tanto internas, quanto externas, e consolidar o processo de desenvolvimento socioeconômico em curso, faz-se necessário investir pesadamente em infraestrutura e logística.

Nesse sentido é essencial observar que se colocam desafios de médio e longo prazos os quais é preciso considerar desde já, como:

- crescimento contínuo das exportações e importações;
- participação dos portos em 90% do comércio exterior.

Há uma necessidade premente, portanto, de desenvolver uma logística integrada, que assegure:

- Maior competitividade internacional;
- Absorção de novas demandas geradas pelo crescimento econômico;
- Menores custos;
- Segurança da carga.
- Garantia de qualidade dos serviços:
  - ✓ logísticos;
  - ✓ portuários;
  - ✓ marítimos;
- Disponibilidade de infraestrutura adequada;
- Acessos terrestres e aquaviários adequados;
- Integração com outros modais;
- Melhor articulação com as demais autoridades intervenientes (SRF, ANVISA, Marinha do Brasil etc.);
- Gestão de boa qualidade;

- Gestão sustentável de recursos ambientais e sociais;
- Revitalização de áreas portuárias.

Propomos:

Para assegurar que as metas acima indicadas sejam materializadas, impõem-se as seguintes medidas:

Ampliar a capacidade portuária brasileira para absorver o crescimento da movimentação de cargas por via aquaviária, de 735 milhões para 1.700 milhões de toneladas:

- Assegurar recursos públicos para ampliação de portos, dragagem e acessos terrestres (Ferroanel e Rodoanel (SP), Arco Rodoviário (RJ), Transnordestina, Norte/Sul, Oeste/Leste, Anéis rodoviários em diversas capitais, duplicação do sistema Anchieta/Imigrantes (SP);
- Valorizar o Planejamento (PNLT, PNLP, PDZ, Planos Diretores de Investimentos);
- Atrair e apoiar o investimento privado.

Aumentar a eficiência portuária brasileira, com reconhecimento mundial (atualmente em 41º. Lugar):

- Implantar o Porto sem Papel;
- Implantar o VTMS;
- Promover o treinamento de trabalhadores e avulsos;
- Promover a Gestão Profissional de portos e do sistema logístico;
- Fortalecer Conselhos da Autoridade Portuária;
- Implantar Zonas de Atividades Logísticas.

Ampliar a participação da navegação de cabotagem na matriz de transporte brasileira, triplicando a movimentação de contêineres em 12 anos:

- Aprimorar a regulação e extinguir distorções tributárias;

- Estimular e apoiar a construção e modernização de estaleiros, ampliando a capacidade industrial brasileira;
- Implantar sistemas integrados de gerenciamento e de demandas de cargas;
- Integrar o planejamento portuário.

▶ DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O modo como tradicionalmente se pensa a questão do desenvolvimento regional no Brasil tem em conta, como regra, as fragilidades e vulnerabilidades, deixando de lado as potencialidades e oportunidades. É preciso alterar significativamente esta dinâmica que tem envolvido o planejamento regional, para que se possa maximizar as potencialidades de sua diversidade natural, cultural e econômica a qual deve ser considerada como um extraordinário ativo. Há que se considerar, ainda, as mudanças no padrão de ocupação territorial, dinâmicas populacional e socioeconômica, que apontam:

- Menor natalidade, maior esperança de vida, com consequente mudança da estrutura etária (em 2020 teremos mais brasileiros com mais de cinquenta anos, do que jovens com menos de 15);
- Maior dinamismo das cidades entre 100 e 500 mil habitantes, que apresentam maiores taxas de crescimento da população e do PIB;
- Mudanças nas migrações internas, havendo menor fluxo para o Sudeste, com crescimento orientado para o Sul – cidades –, Centro Oeste e Norte, observando-se que o Nordeste passa a reter mais seus contingentes populacionais;
- Reversão das curvas de concentração industrial no Sudeste, na região metropolitana de São Paulo em particular, observando-se ganhos significativos em regiões como o Nordeste e o interior de São Paulo (ainda que se observe crescimento da produção industrial em todas as demais regiões);
- O desenvolvimento recente da atividade agropecuária se deu em novos territórios, com destaque para as regiões Norte e Centro-Oeste;
- O país retoma o crescimento, cuja qualidade melhora, uma vez que se observa um aumento expressivo do consumo de massa (classes C, D, E), decorrente de aumento de renda e volumes de financiamento, expansão do emprego formal, além de aumento e desconcentração da renda do trabalho;

- As políticas públicas foram efetivas em transferir renda para os mais pobres, através do Bolsa Família e da Previdência Rural;
- Observou-se, ainda, aumento contínuo do salário mínimo real e apoio sistemático à agricultura familiar.

A evolução socioeconômica apresentada acima não foi neutra do ponto de vista regional, observando-se uma melhoria sistemática no Norte e Nordeste do Brasil, cujos PIBs, emprego, volume de crédito, consumo e IDH tiveram um desempenho melhor do que as demais regiões do país.

Este avanço significativo se deu, contudo, apesar das fragilidades e insuficiências da política nacional de desenvolvimento regional. Grande parte do êxito decorreu, portanto, de políticas setoriais com visão regional, não se consolidando políticas regionais explícitas.

Para ir além dos resultados obtidos até o momento, faz-se necessário mobilizar políticas de naturezas distintas, mas efetivas em propiciar o desenvolvimento regional: políticas setoriais, com visão regional; políticas regionais explícitas e políticas de base territorial, que estimulem o protagonismo das regiões.

Com fundamento nesta rápida leitura é possível indicar as seguintes linhas de ação para um Programa efetivo de desenvolvimento regional:

Premissas:

- Assumir agenda clara, que considere os avanços feitos, as fragilidades ainda existentes e as novas ameaças e oportunidades do país nas próximas décadas. Que se busque enfrentar os desafios próprios às políticas regionais, posto que elas são importantes para reduzir desigualdades herdadas e permanentemente recriadas.
- Ousar assumir nova leitura regional em escala macro, em que se reconheça, em lugar da divisão regional tradicional, aquela que emerge da seguinte segmentação: Bioma Amazônico, Centro-Oeste, Centro-Norte, Semiárido, Litoral Sul-Sudeste, Litoral Norte-Nordeste. É fundamental aproveitar a rica diversidade do país.

▶ Propomos:

Proposta 1: Escala nacional de gestão territorial, reconhecendo-se o Brasil policêntrico, com onze macropolos consolidados, sete novos macropolos e 22 subpolos.

Proposta 2: Elevar o tratamento da questão regional ao nível da Presidência e da Casa Civil, para impregnar as políticas setoriais – em especial as mais estratégicas – e valorizar impactos regionais positivos de grandes projetos.

Proposta 3: Redesenhar o Ministério da Integração Nacional, excluindo-se de suas funções a gestão de obras hídricas e Defesa Civil, para focar nas políticas regionais explícitas, segundo as seguintes escalas:

- Macro, recriando de fato a Sudene e a Sudam;
- Mesorregional, Promeso, com base no MAPA do BRASIL;
- Sub-regional apoiando os estados e outros entes (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio com os Arranjos Produtivos Locais, BB com Desenvolvimento Rural Sustentável).

Proposta 4: Criar, com recursos proporcionais a seus desafios, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, que deve ser retirado da Proposta de Emenda Constitucional da Reforma Tributária, caso esta, contrariando aquilo pelo que propugnamos, não se confirme como prioridade de nosso governo.

▶ CONCLUSÃO

Essas, as propostas do Partido Socialista Brasileiro para a construção de um país mais justo e inclusivo; um programa de ações que almeja acelerar e tornar virtuoso o ciclo de inclusão social que se realizou ao longo do governo Lula e que deverá ser consagrado pelo governo Dilma Rousseff-.